

# 26 projetos de CORREIO BRAZILIENSE decisão parados



O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pretende manter na gaveta os 26 projetos de decisão encaminhados à mesa da Assembléia para deliberação em plenário. Eles versam sobre temas variados, como reabertura dos processos contra os torturadores, duração do mandato do presidente José Sarney e trata até do inusitado, ao investir o deputado Ulysses Guimarães como comandante em chefe das Forças Armadas enquanto durar a elaboração da nova Carta.

Nos cerca de 40 dias de instalada a Constituinte não faltou criatividade aos seus integrantes para encaminhar propostas de deliberação ao plenário, antes mesmo da aprovação do Regimento Interno. O autor mais freqüente foi o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, líder do PT, que tratou de anistia ampla para os punidos por motivação política, da liberdade de greve para todos os trabalhadores, da revogação da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e também de eleições diretas para presidente da República.

O líder do PC do B, Haroldo Lima, sugere que o plenário confirme a investidura do presidente Sarney, mas ressalvando que a duração de seu mandato será fixada nas disposições gerais da nova Constituição. Mais objetivo, o deputado Onofre Correa deseja uma decisão formal no sentido de que a Carta Magna será concisa. Mas formaliza isso num discurso, meio usado por outros deputados para concretizar suas propostas, ao invés de apresentar um projeto de resolução. O presidente Ulysses Guimarães pretende encaminhar essas propostas às comissões específicas da Constituinte, mas, por enquanto, assegura que "o destino é a minha gaveta". Ele sequer comentou o conteúdo delas, guardadas na secretaria geral da mesa da Câmara.

Essas propostas começaram a surgir no segundo dia da Assembléia Nacional Constituinte, com o líder do PCB, Roberto Freire, determinando a suspensão do pagamento da dívida externa e retirando do presidente da República o direito de baixar decretos-lei. E, ainda, tratando da inviolabilidade do manda-

to, suspendendo as medidas de emergência, o estado de sítio e sugerindo a reserva de uma hora no rádio e televisão, diária e gratuita, para divulgar os trabalhos da Constituinte.

O deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) fez uma sugestão já superada pelo Regimento Interno da Constituinte. Ele queria suspender os trabalhos da Câmara, Senado e Congresso, criando uma comissão legislativa da Assembléia; e arquivar todas as proposições que se encontravam em tramitação. Um grupo de deputados do PDS, tendo como primeiro signatário Victor Faccioni (RS), faz uma série de sugestões para deliberação do plenário, que vão das prerrogativas parlamentares até sistematização dos trabalhos.

Gonzaga Patriota (PMDB-PE) e outros nordestinos pretendem aprovar uma moção de apoio ao presidente Sarney para que ele determinasse a imediata construção da Rodovia Sertaneja. Virgílio Guimarães (PT-MG) preferiu tratar da liberdade de sindicalização de todos os brasileiros. Tidei de Lima (PMDB-SP) quer tornar livre a convocação de autoridades para depor no plenário da Constituinte.

Com um mês de funcionamento da Constituinte, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) protocolou requerimento na mesa exigindo a convocação do plenário para a imediata decisão sobre todas as propostas formalizadas. Como os demais, não obteve resposta.

Foi, contudo, o deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB), em 10 de fevereiro, quem veio com o inesperado, exatamente quando no PMDB ainda se debatia a oportunidade de o deputado Ulysses Guimarães acumular três presidências importantes como a da Câmara, do partido e da Constituinte. O pemedebista da Paraíba achou pouco e sugeriu que as Forças Armadas estariam sob a autoridade do presidente da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da nova Carta.